ISSN: 2358-8829

ENTRE A PESCA E A FÉ: PRÁTICAS AQUICULTORAS E BENZEDEIRAS DO NOVO PEDRO VELHO.

Manoel Gomes de Oliveira Neto [1]
Patrícia Cristina de Aragão [2]

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA PESCA E SUAS LUTAS POR RECONHECIMENTO.

Dentre os diversos povos e comunidades tradicionais que se encontram espalhados ao longo do nosso vasto país, encontramos os povos da pesca artesanal, envolvidos diretamente com a prática que envolve o universo da pescaria e seus conhecimentos, detentores de um saber ancestral, que é transmitido de pai para filho, por meio de uma longa tradição oral presente nas localidades onde temos um número bastante considerável de pescadores e pescadoras. Estima-se, conforme nos informa Callou (2010) que o contingente dessa população chegue a aproximadamente oitocentos mil pescadores, envolvendo por sua vez cerca de dois milhões de pessoas que produzem 55% da produção pesqueira do Brasil.

Importante salientar que, conforme nos informa Müller (2024), esses povos possuem um verdadeiro apreço pela questão da territorialidade, sendo que o território ocupa um lugar importante dentro do universo da pesca, fazendo parte de sua identidade enquanto povo, pois nele é escrito não apenas a história de vida e as vivências do grupo, mas também são ensinados seus saberes e suas práticas milenares.

Sua história de lutas por direitos e pela manutenção de seus territórios essenciais nos mostra, segundo Callou (2010) que houve uma série de mudanças em políticas públicas, uma vez que essas eram de início elaboradas com vistas apenas ao desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, onde sua base de sustentação era unicamente a exploração econômica dos recursos naturais existentes nessas comunidades, por meio de um processo de modernização das atividades pesqueiras.

Nesse sentido, o início das políticas voltadas a esse grupo distinto estava vinculado ao interesse da marinha de guerra, que interviu nas comunidades pesqueiras litorâneas através da

[1] Mestrando pelo Curso de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, netoconnect@gmail.com
[1] Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba -UFPB orientador@email.com

ISSN: 2358-8829

Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1924) com intuito de criação de colônias de pesca, onde os pescadores tinham por obrigação se associar e eram considerados reservas da Marinha de Guerra. Já na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, o Plano de Assistência à Pesca (Pescart), por meio do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) de 1962 até 1980, visou apenas investimentos no setor industrial da pescaria, tendo fracassado, pois ao mesmo tempo que não desenvolveu a pesca industrial, também não ajudou a pesca artesanal.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, trouxe em suas linhas o reconhecimento por lei do país enquanto um estado pluriétnico, onde deve ser assegurado "a todos o pleno exercício dos direitos cultural" (artigo 2015, caput), reconhecendo, portanto, a relevância da diversidade étnica e regional do brasil. Muito embora houvesse esse reconhecimento, dois grupos receberam maior atenção no documento, sendo eles os povos indígenas e os quilombolas. Müller (2024) nos diz que ao longo do tempo, o Brasil aderiu diversos documentos de cunho normativo internacional que reconhecem e visam proteger os Povos e Comunidades Tradicionais, a exemplo da Recomendação Sobre Salvaguarda da Cultura Tradicional Popular e a Convenção da Diversidade Biológica.

Sobre as comunidades tradicionais da pesca, importante salientar que décadas se passaram, entre a desvalorização e também a poluição ambiental causada por iniciativas que pouco visaram a preservação das comunidades e saberes da pesca tradicional, até o ano de 2003, quando tivemos a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), hoje Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), através desses movimentos, o governo federal reconheceu a dívida social que o país tem para com a pesca artesanal, e buscou então elaborar um plano que pudesse visar o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueira.

Após a criação da SEAP/PR diversas conferências para se discutir as políticas para a pesca e aquicultura foram feitas, sem, no entanto, significar que suas reivindicações sejam de todo atendidas, conforme nos fala Callou:

> A impressão que fica, ao refazermos o caminho histórico dos povos do mar no Brasil, é de que as políticas públicas, passadas e contemporâneas, são indiferentes às reivindicações dos pescadores, bem como não incorporam a produção científica das universidades sobre as culturas tradicionais da pesca (Callou, 2010, p 47).

Nesse sentido, é importante esclarecer que muito embora haja toda uma legislação voltada aos povos da pesca artesanal, ainda existem muitos obstáculos a serem superados para

ISSN: 2358-8829

sua preservação e de seus territórios que são de extrema valia para manutenção e perpetuação dos seus saberes.

2. ENTRE A PESCA E A FÉ: OS PESCADORES DO NOVO PEDRO VELHO E AS TRADIÇÕES RELIGIOSAS LIGADAS A COMUNIDADE PESQUEIRA.

Diante do exposto acerca da importância dos povos da pesca, suas lutas por direitos e as variadas dificuldades enfrentadas por esse grupo em busca de reconhecimento e valorização, torna-se importante elencar aqui aspectos de sua tradição, que merecem menção antes de adentrarmos ao estudo da comunidade distrital do Novo Pedro Velho em Aroeiras-PB.

Pescadores e pescadoras artesanais possuem uma forte ligação com a tradição religiosa, sendo que o engenheiro e estudioso da pesca, Fernandés B. Callou nos informa que “as festas religiosas são encontradas praticamente em todas as comunidades brasileiras” (Callou, 2010, p, 46). A fé se torna uma presença forte dentro da cultura pesqueira, configurando enquanto aspecto relevante da vida de pescadores e pescadoras. Sobre isso, ele ainda nos afirma que as festividades são muitas vezes misturadas com as festas profanas. Existem festas específicas do santo padroeiro de cada local, sendo as mais comuns São João, Santo Antônio, a dos Navegantes e a de São Pedro, que é o caso existente na pequena comunidade distrital de Pedro Velho, lócus do local a ser discutido nesse artigo.

Nesse sentido, é salutar falarmos um pouco mais sobre a colônia de pescadores existente ali. A colônia Z-20 de pescadores e aquicultores do distrito Novo Pedro Velho em Aroeiras-PB, foi criada como uma forma de organizar e dar melhores condições a atividade aos mais de 100 pescadores e pescadoras que integram a comunidade atualmente. Nela são emitidos documentos de identificação, além de fomentação dos diretos desses pescadores e pescadoras, por meio da aquisição dos excedentes da pesca que são vendidos para o programa PAA alimentação do Governo Federal. [3]

Os conhecimentos de pescadores e pescadoras se fazem presentes na comunidade, não sendo incomum encontrar muitas vezes na praça central da comunidade, pessoas ligadas à

[3] O PAA Alimentação é um programa do Governo Federal que tem como finalidade o a erradicação da fome e o incentivo a produção da agricultura familiar, por meio da aquisição dos excedentes produzidos pelas famílias agricultoras sem licitação, gerando renda para os trabalhadores, auxiliando no fim da insegurança alimentar, e fomentando práticas saudáveis de produção de alimentos por meio da agricultura orgânica. Para mais informações consultar BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** diretrizes e operacionalização. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds. Acesso em: 26 set. 2026.

ISSN: 2358-8829

pesca confeccionando ou reparando as redes que são utilizadas para as atividades pesqueiras que são realizadas na Barragem de Acauã. De lá, sai o sustento de diversas famílias, que vivem das atividades relacionadas a pesca artesanal, e que mantém de geração em geração seus conhecimentos ancestrais.

Povos e comunidades tradicionais da pesca são definidos, segundo Cíntia Beatriz Muller em sua obra intitulada: *Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais,* enquanto um grupo que possuem formas próprias para construir lugares, de interpretar as paisagens desse local, não tendo, em sua grande parte, registro escrito de sua historicidade, e nesse sentido, os seus territórios desempenham uma grande relevância enquanto suportes de memória do seu grupo, pois "[...] o território é tão importante que integra a própria identidade do povo, é nele que está escrita a história do grupo, a perda do território ou de parte dele significa privar uma coletividade de suas marcas históricas" (Müller, 2024, p. 24).

O caso do novo Pedro Velho em Aroeiras-PB exemplifica bem esse aspecto, tendo em vista que a colônia de pescadores e aquicultores Z-20 está inserida, como já salientado, em um longo processo de tentativa de desapropriação de terras, uma vez que os povos desse local viviam às margens do rio Paraíba, no lugar que foi usado para o barramento e criação do Açude Argemiro de Figueiredo, conhecida Barragem de Acauã, nesse local estão registradas as memórias locais desses pescadores e pescadoras da comunidade atual.

Também é relevante salientar que povos tradicionais da pesca possuem um vasto repertório cultural de saberes e práticas singulares que são perpassados de geração após geração, tudo isso feito através dos registros orais, onde os mais jovens aprendem com seus ancestrais as práticas relacionadas desde os ciclos da natureza, o tempo da pesca, até as confecções de redes, jangadas em demais acessórios essenciais para a atividades pesqueira. Assim como os demais povos tradicionais, possuem na oralidade um elemento central de sua tradição e como elemento chave para perpetuação de seus saberes. Sobre isso, Müller nos afirma:

> A oralidade e um importante meio de preservar as memórias de grupos étnicos que compartilham uma compreensão de mundo comum. Esses grupos mantem vivas as suas histórias ao transmiti-las de geração em geração, dentro de seus circuitos familiares e comunitários. Assim, eles preservam sua identidade e resistem ao esquecimento (Müller, 2024, p. 20).

Sua tradição ancestral está cercada por saberes e práticas ancestrais que são perpassadas geração após geração. Sobre essa colônia, temos de salientar a existência de uma festa tradicional que reúne pescadores e pescadoras da comunidade, e que precisamos elencar com maiores detalhes. É importante tecer detalhes sobre o que nos fala o presidente dessa associação

ISSN: 2358-8829

de pescadores e aquicultores, tendo em vista que ele nos contou a difícil luta para que a atividade pesqueira seja valorizada a cada dia mais, ele nos traz em seu relato um pouco sobre as batalhas existentes ali, e como essa poderia ser mais reconhecida.

Ao entrevistar esse senhor, pudemos notar em sua fala como há um engajamento no sentido de promover melhorias para os pescadores e pescadoras do Novo Pedro Velho, esses encontram na atividade pesqueira não apenas a manutenção de uma tradição antiga, mas também o sustento de seus familiares, pois segundo ele:

> Neto, hoje, graças a Deus a colônia é exemplo para o município, exemplo de desenvolvimento econômico, exemplo de imei social, exemplo de projetos, como o PAA da CONAB, no próximo mês iremos iniciar novamente, aonde o pescador pesca, nós pegamos a produção dele, pagamos a ele no preço justo que é o preço da CONAB, pegamos esse alimento, distribuímos para a população. Aí em termos, o pescador hoje graças a Deus, deus o livre, ele tem direito a todo tipo de benefício social do governo federal, ele tem, ele é amparado por lei, como sigla de especial, a exemplo da aposentadoria, a exemplo do salário maternidade, auxílio doença, reclusão, aposentadoria e sem contar a linha de crédito, que são aberto para os mesmos, como o PRONAF, Pronaf mais alimento, PRONAF comum, que o pescador pode pegar de 15 a 16 mil, tem um bônus de 40% para adquirir seus apetrechos de pescas. (Informação Verbal, 2026).

A fala do presidente da colônia Z-20 de pescadores e aquicultores de Pedro Velho em Aroeiras-PB deixa claro que a prática pesqueira tem procurado garantir com que a tradição da pesca não morra, ao mesmo tempo em que busca dar ao trabalhador que vive do pescado a oportunidade de ascender socialmente, garantindo seu sustento e de sua família, e ajudando também alimentar pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, por meio dos programas socias como o já citado PAA Alimentação do governo federal.

Além desse aspecto financeiro, sua fala também nos acendeu um alerta para a questão da manutenção da tradição da pesca na comunidade distrital, que mesmo sendo uma atividade distinta, que se liga por sua vez à agricultura familiar para gerar sustento, ainda há um grande silenciamento por parte dos poderes públicos do local, fato esse que prejudica o melhor desempenho das atividades pesqueiras, e pode pôr em risco a existência, assim como a perpetuação dos saberes da pesca para as próximas gerações que vivem no distrito do Novo Pedro Velho. Sobre isso, ele ainda nos disse:

> A dificuldade começa com a perseguições regionais, as picuinhas políticas, que o município tem, que eu não tô citando nome de ninguém, sempre tivemos as perseguições mesquinhas políticas de grupo A e grupo B. Eu não tô dizendo que é grupo A, C, não menciono nome de ninguém, digo ligado as politicagens mesquinhas no município, porque veja só, Neto, nós somos aptos a vender a qualquer canto do

ISSN: 2358-8829

> Brasil. Nossa colônia pode participar de qualquer licitação, nós não tem um incentivo do município em nada, nós não podemos vender ao PNAI na merenda escolar, não podemos vender na semana santa, pra distribuir a população por picuinhas municipais. Então isso é muito lamentável para um município que tem uma produção em grande escala [...] (Informação Verbal, 2026).

A fala do entrevistado nos mostra não apenas uma preocupação com questões de ordem econômica, mas também ao longo da entrevista, foi possível perceber que há uma preocupação do pescador para com questões relativas à perpetuação dos saberes da pesca artesanal , tendo em vista que na única instituição escolar de ensino fundamental II que ali existe, a chamada EMEF Manoel Félix Ismael, não se encontra sequer uma linha em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) que cite a importância dos saberes tradicionais da pesca para o ensino e valorização da história do local. Essa lacuna é motivo de atenção que merece ser melhor elucidado, de forma a garantir que saberes ancestrais como o da pesca artesanal não se percam com o tempo nessa comunidade.

2.1 A TRADICIONAL FESTA DE SÃO PEDRO PESCADOR, EM PEDRO VELHO E A PRÁTICA DA REZA ASSOCIADA A PESCA.

A tradicional festa de São Pedro teve início no ano de 2009, sempre que possível acontecendo no dia 29 de junho, que é a data dedicada em homenagem ao santo padroeiro. Porém, quando as chuvas atingem a localidade, tendo em vista as condições das difíceis estradas, a festividade é realizada no primeiro domingo de julho, uma semana após. Sobre isso, o padre que celebra esse momento nos afirmou que a festividade movimenta bastante fiéis, entre os diversos cidadãos da comunidade, e claro, os pescadores e pescadoras que compõem a colônia. Sobre isso, o pároco nos diz:

> [...] A gente pretende sempre que ela aconteça dia de São Pedro, mas tem ano que não é possível, por conta de chuva, aí quando a chuva atrapalha um pouquinho, acontece sempre no primeiro domingo de julho. Nesse ano, ficou pra primeiro de julho, sempre, mesmo que tenha a mudança, a frequência é boa, as vezes mais que no dia de São Pedro, porque acho que no dia de São Pedro, já tem muito movimento religiosamente, e família recebendo família, aí quando fica pra primeiro domingo de julho o pessoal fica mais livre. (Informação Verbal, 2026).

Sobre isso, o padre local, ao qual por questões éticas optamos por não divulgar o nome, relata ainda que a festividade era um sonho de toda comunidade local, tendo em vista que existia a vontade de que houvesse esse momento desde o antigo Pedro Velho, comunidade que foi devastada pelo barramento do Rio Paraíba ainda no ano de 2004, cedendo espaço para a atual Barragem Argemiro de Figueiredo, conhecida popularmente como Barragem de Acauã. Sobre

ISSN: 2358-8829

a festividade, é interessante notar que conforme o relato do padre celebrante, é um momento de bastante devoção e fé dos pedrovelhenses, onde se reúnem muitas pessoas em seu entorno.

Ainda sobre esse aspecto, o pároco nos informou que quando do início da tradicional festa, os pescadores se uniram rapidamente para que pudesse haver uma grande celebração, reunindo o que para ele foi o útil ao agradável. No momento da procissão, sempre se reúnem motoristas, motoqueiros, sendo a maioria pescadores. A procissão sai da comunidade do Novo Pedro Velho indo em sentido às margens das águas da Barragem. Lá eles fazem um momento de oração, e em seguida retornam para a igreja onde acontece as bençãos dos transportes e a entrega das lembrancinhas aos que ali se fizeram presentes.

Sobre a procissão, importante salientar alguns aspectos de como ocorre, e que nos são ditas pelo próprio padre. Sobre isso, ele nos afirma ainda que “sempre o andor costuma ser um barco, que representa a pesca, que representa São Pedro, que foi pescador de almas e assim por diante” (Informação Verbal, 2026). Esses aspectos podem ser percebidos na figura 1.

Figura 1- Procissão de São Pedro Pescador, Pedro Velho, Aroeiras-PB, 2026.



Fonte: Acervo pessoal do Padre de Pedro Velho.

Perceba que nessa imagem é possível notar a barragem Argemiro de Figueiredo, a conhecida Barragem de Acauã (ao fundo da fotografia), em um período verde, tendo em vista que como já salientado, a festividade ocorre em dias de inverno na região. Observe que nela temos a embarcação que vai para a barragem em um momento alusivo à São Pedro pescador e a pescaria, e algumas pessoas que fazem parte do trabalho da pescaria artesanal do lugar.

ISSN: 2358-8829

Já no que concerne as práticas associadas as chamadas rezadeiras, conseguimos identificar apenas uma mulher, que além de ter ligações com a pesca artesanal no Novo Pedro Velho, também desempenha a prática tradicional da reza, sendo que seus saberes são procurados por diversas pessoas da comunidade distrital, muito embora entre os pescadores a procura seja menor. Importante ainda salientar que "as rezadeiras ou benzedeiras forma e ainda é um grupo desvalorizado na sociedade, em função de seus conhecimentos ter base no empirismo, informal" (Oliveira, 2018, p. 1).

Dessa forma, a prática desempenhada pela senhora que foi entrevistada não possui a devida visibilidade que deveria ter em sua comunidade, muito embora seus saberes sejam procurados por diversas pessoas. No que concerne a colônia de pescadores, alguns poucos a procuram quando estão necessitando de alguma reza ou proteção. Segundo ela:

> Não perguntaram ainda não. Eu tenho aí mesmo um primo que mora de frente, nessa casa aí, ele pesca vez em quando. Ele pescava muito, mas agora ele tem um barzinho, aí vive mais do bar dele, mas ele nunca pediu uma reza. Às vezes a pessoa se engana, tem aqueles que vai mais ele mesmo, e quando ele vai só, ele pega muito peixe, quando ele vai só. E quando ele vai mais esse amigo dele, se ele pegar um quilo de peixe pra os dois é muito. Isso aí é mau olho. Mas ele não procura a reza (Informação Verbal, 2026).

Importante observar que em sua fala, a rezadeira nos diz que há uma certa resistência na comunidade pesqueira de Pedro Velho para com a prática da reza que ela desempenha com bastante cuidado e zelo, muito embora ela considere, que caso esses pescadores e pescadoras tivessem um maior contato com ela, certamente a pescaria teria melhores aquisições, pois ao ser questionada sobre isso, ela nos disse:

> Miorava, porque rezava ele né. E rezava, afastava esse mau olho, porque isso é mau olho, isso não é amigo, é mau olho que vai só pra ver ele pegar os peixes, aí fica por certo com inveja. Mas ele não falou nada, também não falo nada (Informação verbal, 2026).

Seu discurso nos mostra que mesmo tendo ligação com a pesca, possuindo parentes que praticam a atividade pesqueira, sua prática de reza ainda encontra certa resistência entre os pescadores e pescadoras da comunidade do novo Pedro Velho em Aroeiras-PB. Também é preciso considerar o que relatamos mais acima, quando trouxemos o relato do presidente da colônia Z-20, pois muito embora a colônia tenha atividade importante para a o local, devido algumas questões político partidárias do lugar, existe uma tendência de desvalorização das atividades pesqueiras por parte dos poderes públicos de Aroeiras, e tudo que a ela esteja

associado, o que talvez tenha contribuído para que a pessoa entrevistada não entrasse em mais detalhes

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao adentrar a comunidade do Novo Pedro Velho em Aroeiras-PB, é possível perceber a existência da colônia Z-20 de pescadores e aquicultores, enquanto elemento chave dessa localidade, que se faz presente e atuante dentro ali, possuindo festividades religiosas associadas à ela, e uma vasta gama cultural que perpassa todo o distrito, mas que ao mesmo tempo enfrenta uma forte resistência de valorização por parte de alguns setores da sociedade, que tendem a diminuir o valor dos saberes tradicionais da pesca artesanal para a construção da identidade cultural do distrito.

Além disso, há de se considerar como essa desvalorização se faz através do silenciamento, pois a única instituição de ensino fundamental do lugar, a EMEF Manoel Félix Ismael, espaço educacional que abriga os filhos e filhas dos pescadores, não trata de trazer esses saberes tradicionais para dentro da sala de aula, ou mesmo para o espaço escolar como um todo, inexistindo eventos que promovam a participação dos pescadores locais.

Nesse sentido, cabe refletir para momento posterior, acerca da possibilidade de inserção desse grupo na prática educativa do lugar, haja vista que seus conhecimentos desempenham papel importante na formação social da comunidade pedrovelhense, estando atrelados a história da própria formação do local, que nasceu exatamente a partir das práticas ribeirinhas da antiga comunidade que nasceu às margens do rio Paraíba.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, L. da. S. LUQUETTI, E. C. F.MOURA, S. A. de. SOUZA, T. A. de. **Memória e narrativas:** histórias de pescadores artesanais. In: colóquio interdisciplinar de cognição e linguagem, 7., 2024, Campos dos Goytacazes. Anais eletrônicos [...]. Campos dos Goytacazes: UENF, 2024. Disponível em: Even3. Acesso em: 05 de jun. 2026.

AROEIRAS. **Lei nº 863, de 23 de junho de 2015.** Plano Municipal de Educação – PME de Aroeira -PB. Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: https://www.aroeiras.pb.leg.br/leis/lei-municipal-de-2010-a-2021/lei-863-2015.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 13 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília:** MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13 set. 2026.
CALLOU, Fernandes Brás Angelo. **Povos do Mar:** herança sociocultural e perspectivas no Brasil. Ciência e Cultura, [S. l.], v. 62, n. 3, p. 45-48, 2010. Disponível em: BVS Ciência e Cultura. Acesso em: 09 ago. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão, RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e educação na América Latina:** uma construção plural, original e complexa. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.

FERREIRA, Aline Guterres et al. **Tipos de pesquisa quanto aos procedimentos ou escolha do objeto de estudo**. In: ROBAINA, José Vicente Lima et al. (org.). Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação em ciências. V. 1. Curitiba: Bagai, 2021. p. 53-13.

FERREIRA, Moras de Marieta. AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 7ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
MARTINS, Dayse Marinho. MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (org.). **Ensino de História Local / Regional:** abordagens e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** Como fazer e como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.
MENDES, Luís César Castrillon; RIBEIRO, Renilson Rosa**. Aprender a ensinar história na contemporaneidade:** desafios necessários para uma disciplina na berlinda. Fato & Versões, v. 9, n. 17, p. 129-144, 2016. Disponível em: Portal de Periódicos UFMS. Acesso em: 05 de jun. 2026.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2024. 55 p. Disponível em: Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA. Acesso em: 08 jul. 2026.

OLIVEIRA, Fernanda Meira de. **Breve histórico das práticas de cura das rezadeiras na América Portuguesa.** In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 9., 2018, Bahia. Anais [...]. Bahia: ANPUH-BA, 2018. Disponível em: anpuh.org. Acesso em: 19 out. 2026